

# Gasto com Saúde pode crescer 30%

O governo estima que o ministro da Saúde, Alceni Guerra, poderá aumentar em cerca de 30% reais as despesas de sua pasta em 1992. Da mesma forma, os recursos das dotações para as despesas da Previdência Social, terão um acréscimo de 25% em termos reais em relação aos valores executados este ano, conforme indica a proposta orçamentária para 1992, elaborada pelo Executivo.

Na prática, porém, a destinação destes recursos orçamentários apenas atende a determinações legais ou constitucionais, dependendo do caso, e não é uma mera liberalidade do Executivo que promete investir mais na área de Saúde, Educação, Habitação, Saneamento e Previdência.

De acordo com os dados do Departamento de Orçamentos da União (DOU), o Tesouro Nacional arcará com cerca de 55% das despesas com encargos previdenciários da própria União em 1992, enquanto o restante destas despesas será debatido a conta dos recursos da Seguridade.

Em 1991, recordam fontes da área econômica, o orçamento da seguridade teve que absorver cerca de 76% dos encargos devidos aos inativos do setor público, enquanto o Tesouro contribuía com apenas 24% dos recursos para estas despesas.

Na realidade, contudo tratava-se de uma distorção já apontada pelo deputado Antonio Britto (PMDB-RS) desde o início deste ano. "O governo está transferindo sua responsabilidade com o pagamento dos aposentados e pensionistas da União, para os trabalhado-

res de modo geral, que atuam no setor privado e não têm qualquer dos benefícios concedidos aos servidores federais", comentava o parlamentar criticando a transferência das responsabilidades do Tesouro para o setor privado através da utilização dos recursos arrecadados pela seguridade social.

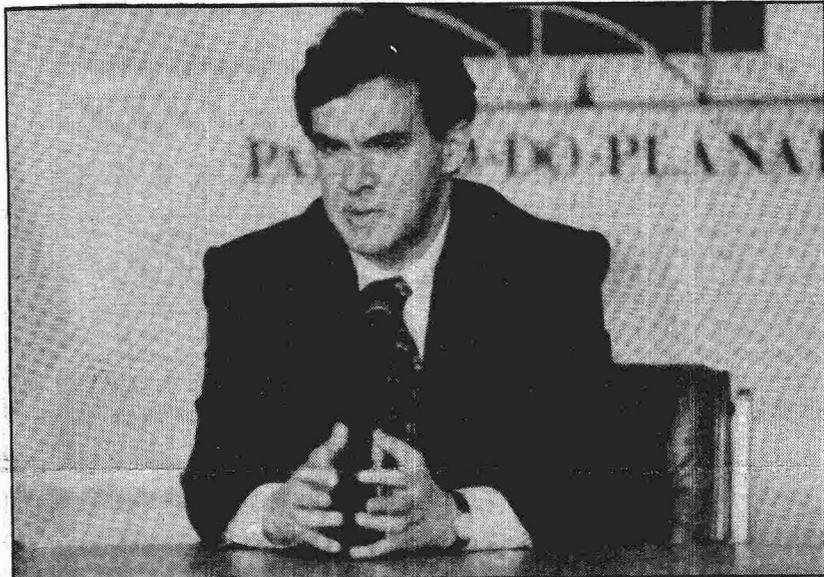
Em sua nova versão "soft", o governo aceita arcar com um percentual um pouco maior dos gastos com encargos previdenciários da União em função das determinações legais que determinam a vinculação destes recursos. Ainda assim, uma boa parte continua sendo debitada aos recursos normais da seguridade.

A folha de pagamento do fun-

cionalismo público da ativa nos ministérios da Saúde, Trabalho e Previdência e Educação — que este ano foi debitada aos recursos vinculados do orçamento da seguridade — também voltará a ser encargo do Tesouro Nacional, que deverá destinar recursos para o pagamento das folhas.

Com isto aumentam as despesas de pessoal do orçamento fiscal para 1992 — que refletirá gastos equivalentes a 4% do produto Interno Bruto (PIB), ou iguais aos deste ano, com esta rubrica —, mas diminuem as despesas destes ministérios, possibilitando maiores investimentos na área de Saúde, Educação e o aumento das despesas de previdência social. (F.H.)

Arnildo Schütz 21.05.91



*Constituição e não "liberalidade" fará Alceni ter verba maior*